

O Opinião

14 · CORREIO BRAZILIENSE · Brasília, segunda-feira, 14 de dezembro

Economia sob risco de recuo

As expectativas de que o Brasil superaria os efeitos da crise mundial com a retomada este ano da expansão econômica resvalaram ao plano da inviabilidade ante os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os operadores do mercado e o governo sinalizaram que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceria em torno de 2% no terceiro trimestre de 2009. O percentual, contudo, não foi além de 1,3%. Para permitir ao país alcançar, pelo menos, estabilidade com avanço zero, será necessário que, no quarto trimestre, a taxa de aumento do PIB situe-se, no mínimo, em 3,5%.

Entre técnicos governamentais e analistas, não há quem aposte na possibilidade de o sistema produtivo, nos três últimos meses do ano, empurrar adiante o PIB em 3,5%. Não houve nos últimos 10 anos nenhum ciclo trimestral com resultado semelhante. Refeitas as contas, predomina agora a convicção de que a economia brasileira, ao final do exercício de 2009, encolherá entre 0,1% e 0,8%. Deverá, portanto, fechar o ano em recessão, malgrado em dose inexpressiva.

A análise frustrante do IBGE recebeu impulso com a reavaliação feita nos números relativos ao segundo trimestre. Contabilizou-se expansão de 1,9% em relação ao período anterior, mas, com a revisão de cálculos, declinou para 1,1%. Em consequência, houve recuo de 1,2% na comparação com o segundo trimestre de 2008 e de 1,7% no acumulado de 12 meses. Outras esti-

mativas asseguram que eventual aumento de 1% na evolução econômica este ano dependeria de algo considerado fora de cogitação: elevação de 9,1% do PIB no quarto trimestre na comparação com o mesmo período de 2008.

Entenda-se, porém, que as disfunções econômicas seriam bem mais frustrantes caso o governo não tivesse adotado políticas anticíclicas já a partir de janeiro. As desonerações tributárias sobre bens essenciais, a oferta de crédito a juros mais baixos, os incentivos a segmentos estratégicos do setor produtivo e outras medidas impactantes opuseram resistência eficaz ao furacão financeiro. Seguiram-se daí a elevação da demanda e, por derivação, a reativação da produção industrial. A demonstração de que o país dispunha de mecanismos hábeis para navegar em boas condições em meio à borrasca favoreceu o aumento de investimentos externos de risco.

É indispensável que semelhantes diretrizes permaneçam pelo menos até que os ventos desestruturantes cedam à normalidade. Convém advertir que nem sempre as avaliações de especialistas, como se viu agora, recebem o carimbo da realidade. Por exemplo: um dia depois de acenarem com o inevitável aumento da taxa de juros em março, voltam atrás. Por não estar em perspectiva exagerado aquecimento da economia, não se vislumbram pressões inflacionárias significativas. E se o custo de vida não enfrenta risco de desestabilização, não há necessidade de contê-lo pela elevação dos juros.